

Este é um Caminho ou um Atalho?

Desemprego e *Turnout* no Comportamento Eleitoral dos Portugueses no Sentido da Europa (1987-2014)

PATRÍCIA CALCA & SEBASTIAN KOEHLER

Palavras Iniciais

Quando no dia 19 de Julho de 1987 se realizaram as primeiras eleições para o Parlamento Europeu em território nacional, nada poderia prever que depois de quase trinta anos o sentimento português em relação à União Europeia (UE) seria tão distinto do de então.

Alvo de intervenção externa desde 2011, Portugal encontra-se, ainda, a lutar contra os efeitos que a crise do *subprime* gerou, resultado da crise das dívidas soberanas europeias. A percentagem na taxa de desemprego atual prova bem a devastação económica que o país teve que lidar nos últimos anos. Curiosamente, e apesar de parecer intuitivamente contraditório, a participação nas urnas, em especial nas eleições para o Parlamento Europeu de 2014, não registraram valores de *turnout* tão baixos como expectável. Portugal é quase sempre apresentado, em estudos comparativos, como tendo uma baixa participação política. Todavia, neste momento de crise e de desencantamento com a UE tal não se manifesta pelo aumento da abstenção. Porque é que isto acontece?

Esta dúvida leva-nos a alguns pontos recentemente desenvolvidos a partir da literatura sobre *turnout*. Estes aspectos indicam o caminho no sentido dos efeitos provenientes da relação entre variáveis até agora não debatidas. Nessa linha de pensamento questionamos *como é que o*

desemprego afeta o turnout? Mais especificamente, como é que isto ocorre ao nível regional? E nessa senda, como é que o efeito decorrente da relação entre desemprego e turnout é condicionado pela intervenção da troika nos assuntos do Estado português?

Sobre o Turnout

A investigação das últimas décadas tem demonstrado uma redução dos valores do *turnout*¹. Os académicos que se debruçam sobre esta temática têm apresentado, em sentido lato, vários fatores que são responsáveis por estes acontecimentos. De entre eles destacam-se: a estreita relação entre os partidos políticos e os eleitores, a sua atuação e a noção *tradicional* das mesmas, o decréscimo do envolvimento político e da participação política, assim como, o enfraquecimento da mobilização política. Acrescem-se aos anteriores o desenvolvimento de tecnologias que têm proporcionado uma mudança comportamental advinda das campanhas eleitorais, hoje, com novos e distintos formatos.

O *turnout* tem sido alvo de numerosos debates. Devido à grande variedade de estudos sobre o assunto, podemos englobá-los em três linhas de pesquisa (Kenney e Rice, 1985: 101-102). A primeira grande vertente considera as características socio-económicas do eleitor como centrais (Lazarsfeld *et al.*, 1944; Verba e Nie, 1972; Milbrath e Goel, 1977; Cavanagh, 1981; Kenney, 1983). A segunda perspectiva desenvolve-se em torno do contexto político de cada eleição (Milbrath, 1965; Riker e Ordeshook, 1968; Jacobson, 1978 e 1980; Morehouse, 1981; Caldeira e Peterson, 1982; Jewell e Olsen, 1982). E finalmente, a terceira abordagem centraliza a sua argumentação nas restrições legais do voto (Campbell *et al.*, 1960; Kim *et al.*, 1975; Rosenstone e Wolfinger, 1978; Wolfinger e Rosenstone, 1980; Patterson e Caldeira, 1983).

O envolvimento político tem sido um mote importante na investigação sobre o *turnout*. Este aspeto está visivelmente presente em trabalhos como os de Weisberg e Wilcox (2004) e de Franklin (2004). Outros académicos defendem, mais especificamente, que os eleito-

¹ Considera-se *turnout* como a percentagem dos eleitores que numa dada eleição exerceram, efetivamente, o seu direito de voto.

res que mais participam nas eleições (Putnam, 2000) têm uma maior probabilidade de influenciar políticas públicas (Hill e Leighley, 1992; DeLuca, 1995). Alguns estudos demonstram que os políticos têm considerado mais frequentemente estes cidadãos e as suas reivindicações (Verba, *et al.*, 1995; Fiorina 1999).

As características psicológicas dos eleitores e a maneira como as campanhas eleitorais lidam com esses aspetos são outras das variáveis em causa quando se estuda *turnout*. Ou seja, como é que as diversas maneiras e meios que são utilizados para comunicar certas mensagens eleitorais durante a campanha, em conjunto com a pressão social e a ideia de um dever cívico, contribuem para influenciar os valores do *turnout* (Gerber e Green, 2000; Cardy, 2005; Gerber *et al.*, 2008).

Regressando à ideia da *mobilização política*, existe uma corrente da literatura que utiliza distintos períodos e métodos para interligar a mobilização política ao *turnout* (Katz e Eldersveld, 1961; Hramer, 1970; Blydenburgh, 1971; Nagel, 1987; Rosenstone e Hansen, 1993; Gerber e Green, 2000; Kernell e Jacobson, 2000). Os autores anteriores demonstraram que atividade política combinada com a mobilização política são partes importantes no que à participação dos cidadãos em eleições diz respeito. Dos mais importantes contributos desta senda, convém sublinhar a argumentação de Rosenstone e Hansen, que em 1993 defenderam que o decréscimo da mobilização política nas últimas décadas é uma das melhores explicações para a diminuição do *turnout*. Já Kernell e Jacobson (2000) argumentam que o enfraquecimento dos valores do *turnout* está diretamente ligado com o declínio da mobilização por parte dos sindicatos, dos partidos e dos candidatos. Putnam em 2000 também aponta que a mobilização política mudou nas últimas décadas e que tal está ligado aos números relativos do *turnout*.

Outra das vias que têm sido desenvolvidas com a intenção de descortinar o porquê do *turnout* ter vindo a diminuir deve-se à sua correlação com a participação eleitoral. Ou seja, utiliza-se a caracterização sociodemográfica dos eleitores em combinação com a perceção das suas atitudes individuais como forma de estabelecer esta ligação. São bons exemplos desta abordagem os estudos de Rosenstone, 1980; Caldeira e Petterson, 1982; Copeland, 1983; Patterson e Caldeira, 1983;

Cox e Munger, 1989; Nagler, 1991; Teixeira, 1992; Rosenstone e Hansen, 1993; Verba *et al.*, 1995; Timpone, 1998; e, Abramson *et al.*, 2002. Nesta linha de pensamento surge outro argumento que relaciona o *turnout* com a proximidade entre candidatos e eleitores. Em 1993, Masusaka e Palda seguem a hipótese apresentada alguns anos antes por Downs (1957) e depois desenvolvida, em 1967, por Tullock, por Riker e Ordeshook, em 1968. Estes autores afirmam que a proximidade entre candidatos e eleitores pode influenciar, de maneira directa, a utilidade dos eleitores, uma vez que, tal implica um aumento da probabilidade de que algum destes eleitores seja *pivotal*² (Downs, 1957; Campbell *et al.*, 1960; Milbrath, 1965; Riker e Ordeshook, 1968; Ferejohn e Fiorina, 1974; Silberman e Durden, 1975). Estes modelos de *pivotal-voter* têm como foco principal a ideia de que os eleitores podem decidir votar ou abster-se numa dada eleição e fazem-no de acordo com a utilidade que retiram da sua ação. Por outras palavras, os eleitores votarão se tiverem como intenção participar ativamente ao nível político e acreditando que tal serve de maneira positiva as suas intenções (Degan e Merlo, 2011).

Outros estudos debateram-se com esta ideia de proximidade entre eleitores e candidatos. Alguns deles demonstraram que os anteriores resultados não são tão fortes como os autores quiseram assinalar. Assim, Cox e Munger, em 1989, e Aldrich, em 1993, afirmaram que mesmo estando perante uma eleição em que os candidatos tenham uma votação muito próxima, a probabilidade de que essa diferença seja apenas de um voto (ideia do eleitor *pivotal*) é tão pequena que qualquer benefício de votar, como por exemplo, resultados favoráveis ao nível das políticas, nunca terá um efeito forte ao nível da utilidade do eleitor em causa. Ainda que a argumentação anterior a esta tenha uma forte ancoragem teórica a verdade é que nem só estes últimos estudos a têm debatido, mas também a escrita de Masusaka e Palda (1993) e os seus resultados vão contra a ideia da proximidade entre eleitores e candidatos e a respetiva influência nos números do *turnout*.

² Neste caso identificamos o eleitor como *pivotal*, e de acordo com a literatura, como aquele que é decisivo para o resultado final de uma determinada eleição.

Por exemplo, Fauvelle-Aymar e François (2006) mostraram que esta ligação entre *turnout* e proximidade entre os eleitores e os candidatos é relevante. Os autores iniciaram o seu estudo com diferentes expectativas mas descobriram que a mobilização afeta o *turnout*. Outro aspeto comprovado empiricamente pela sua investigação é o de que o gasto em campanhas eleitorais está também relacionado com a mobilização dos eleitores, e por tal, com a efetiva participação nas urnas. Esta vertente das campanhas eleitorais é outro dos pontos de análise complexos quando falamos em *turnout*. São muitos os estudos que têm demonstrado esses efeitos, caso de Seidle e Miller (1976), Patterson e Caldeira (1983), Denver e Hands (1985), Finkel (1993), Lodge *et al.* (1995), Holbrook (1996), Campbell (2000), e Wlezian e Erikson (2001). Esta linha de raciocínio prende-se com a ideia de que através do acesso a mais informação sobre os candidatos, pela via da campanha eleitoral, os eleitores verificam uma redução no tempo e no esforço feito pelos eleitores para aceder a essa mesma informação, sendo que assim as campanhas eleitorais acabam por reduzir os custos de votar para os eleitores (Rosenstone e Hansen, 1993; Lipsitz, 2005).

Outro ponto importante na literatura sobre *turnout* é o que diz respeito ao tipo de eleição, tal como à sua data. Quando várias eleições ocorrem ao mesmo tempo verificam-se vários padrões de abstenção, isto se olharmos com atenção para dados ao nível individual da participação. Nestes casos pode existir uma *abstenção seletiva* (quando alguns eleitores que se abstêm sempre num tipo de eleições e não noutro), ou, o que na literatura se chama de votação de *split-ticket* (se os eleitores votam para diferentes candidatos, de diferentes partidos, em diferentes eleições) (Degan e Merlo, 2011: 2). Em termos empíricos, as diferenças entre o tipo de eleições e os diversos países existem. Num estudo feito sobre eleições nacionais (parlamentares e presidenciais), Norris, 2004, demonstrou que quando há várias eleições num curto espaço temporal se verifica uma fadiga de fadiga eleitoral adveniente de uma saturação. Devido a estas circunstâncias, os cidadãos comparecem menos nas urnas, o que influencia negativamente o *turnout*.

Outro aspeto que pode estar diretamente relacionado com o *turnout*, é mais expectável. Estamos a falar da *Lei Eleitoral* e das instituições que lidam com a mesma (Wolfinger e Rosenstone, 1980;

Timpone, 1998). Ou seja, por norma, quando há uma obrigatoriedade legal do acto de votar (*compulsory voting*) os níveis de *turnout* são mais elevados quando comparados com casos em que tal não ocorre (Jackman, 1987; Franklin, 2004; Blais, 2006). Outros autores, como por exemplo Ladner e Millner (1999) e Selb (2009), sublinham que a representação proporcional em distritos eleitorais com mais do que um candidato eleito, por norma, gera maiores níveis de *turnout* do que os distritos eleitorais cuja eleição se remete a um único candidato por voto maioritário ou por maioria relativa (pluralidade). Finalmente, o tipo de eleição também influencia o *turnout*. Isto é, no caso em estudo neste capítulo – as eleições para o Parlamento Europeu – condicionam de forma diferente as perceções dos cidadãos do que as eleições legislativas, por exemplo. A literatura sobre este ramo assinala que eleições que são consideradas mais pertinentes pelos eleitores geram uma maior ida às urnas do que as consideradas menos relevantes (Blais e Dobrzynska, 1998).

Se atendermos aos escritos sobre *preferências*, a lógica vai noutra direção. Aí, o *turnout* está relacionado com a intensidade com que os apoiantes suportam um dado candidato (Aldrich, Montgomery e Wook, 2011: 2). Por exemplo, Verba e Nie (1972) descobriram que este fator, relativo às preferências dos eleitores, influencia o *turnout* através da promoção de ida às urnas e não está, necessariamente, ligado à ideia e à realidade da participação política em geral. De acordo com os autores, o que é determinante é a campanha eleitoral, *per se*, e como os fatores relativos a atividades coletivas se posicionam.

Por norma, é-se assumido que os valores do *turnout* são o resultado de aspetos respeitantes aos cidadãos eleitores (atitudes, características psicológicas, processos cognitivos, preferências, expectativas, custos e benefícios, etc.), nesta senda, Campbell *et al.* (1960) demonstraram que nos casos em que há proximidade da eleição há uma preocupação maior em relação aos seus resultados e, nesse prisma, à eficácia política (de como passar a mensagem e mobilizar os eleitores). Também é relevante a ideia do *dever* de votar, o que necessariamente indica uma preocupação maior nesse acto por parte dos eleitores, assim como, na sua participação em sondagens de opinião.

Riker e Ordeshook (1968) utilizam esse subgrupo de indicadores para emoldurar, em termos de escolha racional, os valores do *turnout* e a efetiva ida às urnas. Esta perspectiva dos autores da escolha racional prende-se, assim, menos com *o que medir* quando nos referimos *turnout* e mais em *como compreender* e *como interpretar* as medidas que são utilizadas nos estudos sobre a temática (Aldrich, Montgomery e Wood, 2011: 3).

Numa outra abordagem, a perspectiva de Green e Shachar (2000) encontram um efeito robusto do *lagged turnout* (ou valores do *turnout* anterior) nos valores do *turnout* em causa. Mais tarde, Gerber *et al.* (2003) enriqueceram esta ideia quando descobrem que os eleitores que foram incentivados a votar na última eleição têm uma maior probabilidade de votar na seguinte. Os mesmos autores também demonstram que nestes casos “o hábito não faz o monge”, ou seja, quem tem o hábito de ir às urnas não o faz só por hábito mas por várias razões.

Enquanto este capítulo se prende com o caso português e a especificidade das eleições para o Parlamento Europeu, nos últimos tempos tem havido um desenvolvimento de estudos comparativos sobre o *turnout* e eleições em vários países (por exemplo, Stockemer e Calca, 2012). O impacto do decréscimo desses valores em várias democracias é o mote para a realização dos mesmos. Esta comparação, porque preocupada com variáveis mais adequadas a uma perspectiva transnacional, foca-se em aspetos como a desproporcionalidade da fórmula eleitoral, o número de partidos competindo nas eleições, os distritos eleitorais, a estrutura de câmaras (se unicameral se bicameral), a existência ou não de um Estado Federal, leis sobre voto obrigatório ou não, o estado da Democracia (*democrateness*) e a violência política dentro do Estado onde se realizam as eleições em causa (Dettrey de Schwindt-Bayer, 2009: 1319).

Quando, acerca de Portugal, nos referimos às eleições para o Parlamento Europeu poucas análises têm sido feitas. Contamos com as de Cunha e Calca (2011) acerca das perceções dos portugueses no que concerne à importância destas eleições e da participação nas mesmas. As autoras fazem a abordagem possível da ainda bastante incipiente literatura em Portugal sobre esta área, pelo que, remeteremos para a

sua leitura para se ter uma noção mais aprofundada dos estudos realizados antes dos seus e à sua revisão da literatura³.

Sobre *turnout* em Portugal o mais recente estudo conhecido debruça-se sobre como é que a corrupção se conecta com os números da participação eleitoral. Stockemer e Calca (2013) estudam a relação entre corrupção e *turnout* analisando-a ao nível municipal. Ao utilizar os dados para o nível desagregado municipal, este estudo apresenta uma perspetiva sub-nacional importante para entender as características do país. Como recorrente na literatura, os autores controlam para o Produto Interno Bruto *per capita*, a taxa de desemprego, a percentagem de cidadão seniores, a densidade populacional, a proximidade temporal em relação à eleição e a magnitude do distrito eleitoral. Estas variáveis são essenciais para perceber que os níveis de corrupção podem ser fortes indicadores de mobilização na participação eleitoral. Municípios com elevadas taxas de *turnout* são, por norma, mais corruptas.

Na perspetiva do “voto económico” existe literatura sobre *turnout* que vai de encontro ao que procurámos fazer neste capítulo. Isto é, a anterior literatura ajuda-nos a compreender as várias abordagens que podem ser tidas aquando do estudo do *turnout*, todavia falta-nos olhar para esse fenómeno de um ponto de vista que, dadas as condições de Portugal nos últimos anos, seja teórica e empiricamente mais lógica. Assim, estudos como o de Incantalupo (2011) partilham uma lógica geral com a abordagem que hoje utilizamos. O autor estudo os efeitos do desemprego (nos seus escritos numa perspetiva pessoal de cada cidadão) na participação política. Assim, o autor desenvolve uma abordagem onde é argumentado que os eleitores percecionam o desemprego como um problema pessoal. Num ambiente onde existe uma baixa taxa de desemprego, e o oposto, ou seja, um problema social em ambientes onde a taxa de desemprego é elevada. Por esta

³ Sobre este assunto uma versão *working paper* pode ser encontrada em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP50_Cunha_Calca_002.pdf com o título «A Question of Perspective: How Portuguese Voters See and Act in European Elections».

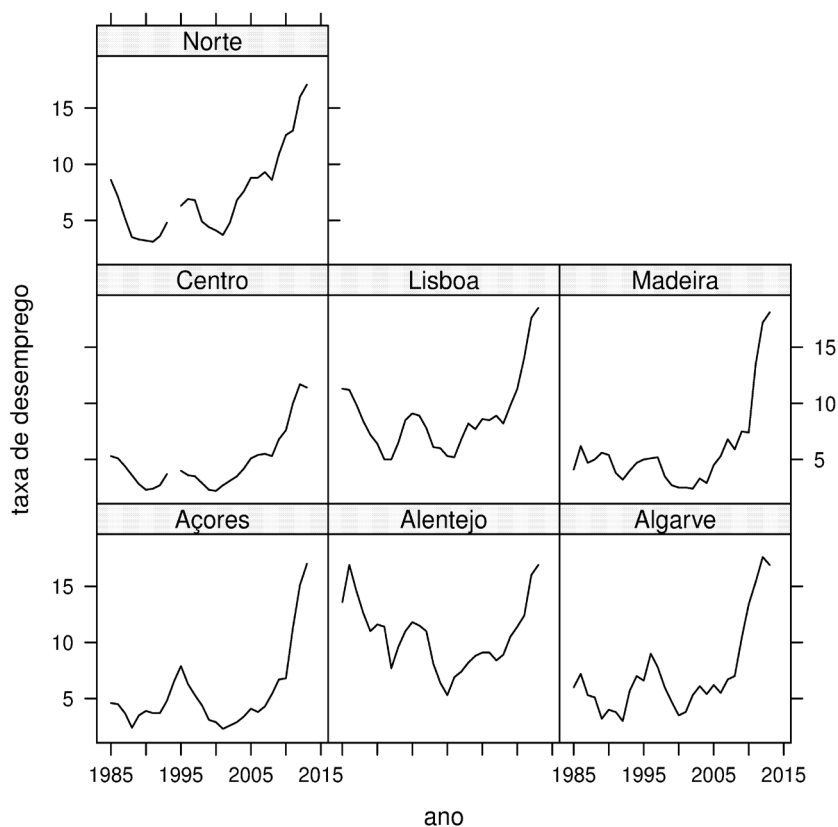
via, haverá uma maior mobilização para a participação política, e logo eleitoral, no contexto em que o desemprego é elevado.

Na senda do “voto económico” o trabalho de Burdem e Wichowsky (2014) demonstra que nem todas as questões relativas a esta argumentação foram já esgotadas, há uma imensa e variada literatura sobre o assunto. Ao debruçarem-se sobre como é que aspetos económicos afetam a escolha nas urnas, focam-se na participação eleitoral. Mais especificamente, direcionam a sua argumentação para um indicador particularmente relevante, para nós é central falarmos do desemprego. Estes estudos consagram as eleições presidenciais nos EUA, enquanto nós estudamos as eleições para o Parlamento Europeu. Os autores anteriores descobrem que elevados níveis de desemprego estimulam as pessoas a participar mais, também será nesse caminho que percorreremos na nossa análise mais à frente.

Uma Análise Empírica

Na abordagem empírica ao nosso problema de investigação optámos por iniciar com a descrição das variáveis envolvidas. Em primeiro lugar olhando para a taxa de desemprego por NUTS II⁴, no período de 1985 a 2013, e posteriormente, estudando o *turnout* nas eleições para o Parlamento Europeu nessas mesmas regiões.

⁴ A denominação *NUTS II* refere-se à *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos II*. Compreende sete unidades, das quais cinco são do continente e duas das Regiões Autónomas de Portugal.

GRÁFICO 1: Dispersão dos valores da taxa de desemprego por NUTS II (1985-2013)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

Como pode ser visualizado no *Gráfico 1*, tendo em atenção as regiões NUTS II no período concernente a 1985 a 2013⁵, as oscilações são identicamente consistentes ao longo dos anos ainda que com valores distintos. Em termos globais verifica-se que nos primeiros anos após a adesão à União Europeia existe um decréscimo da taxa de desemprego, sendo que, a taxa sobe no início da década de noventa

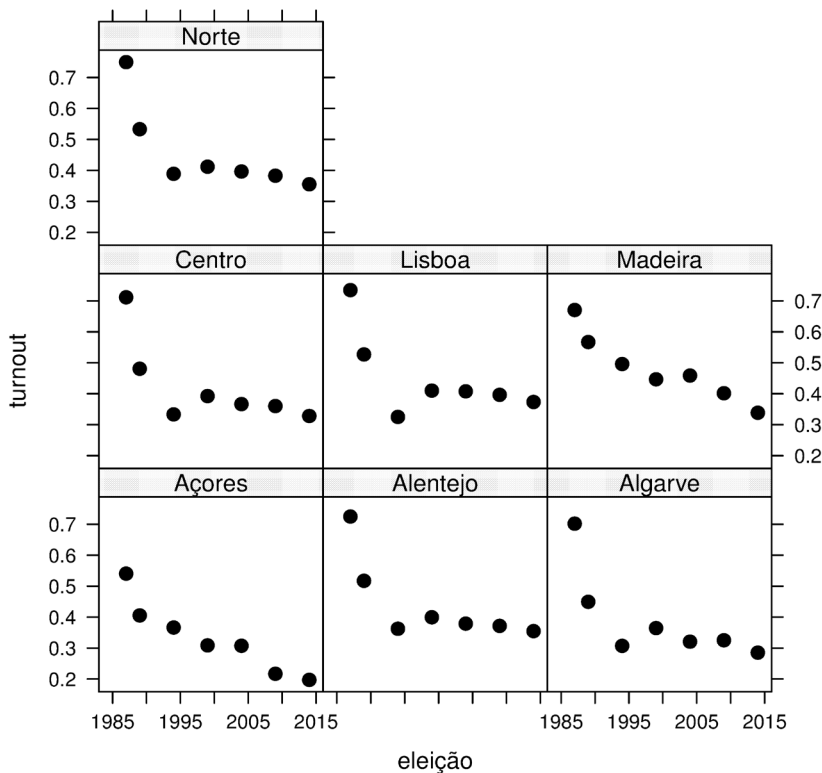
⁵ O período temporal em causa é assim estipulado devido às variáveis em uso e explicado aquando da definição das mesmas.

do século XX. Daí em diante verificar-se-á a sua quebra em meados da década de noventa, voltando a subir no início do novo milénio.

O crescimento abrupto da taxa de desemprego dá-se, essencialmente, a partir de 2008-2009, e a este acontecimento não é indiferente a crise do *subprime* com a qual o país se tem debatido nos últimos anos.

Em termos gerais é visível que a zona Centro é aquela que tem sido menos fustigada com os números do desemprego e que é na região do Alentejo que, em média, os números são mais preocupantes, atingindo valores mais elevados do que o cômputo nacional.

GRÁFICO 2: Dispersão dos valores do *turnout* por eleição em NUTS II (1987-2014)



Fonte: Direcção Geral da Administração Interna de Portugal – Administração Eleitoral.

De acordo com o *Gráfico 2*, a dispersão dos valores de *turnout* nas diversas eleições para o Parlamento Europeu⁶ por NUTS II demonstram que tem havido uma tendência decrescente em todas as regiões.

Relativamente aos valores globais do *turnout*, para este tipo de eleições, podemos verificar que houve um acentuado decréscimo entre o primeiro momento eleitoral e o terceiro. Depois das eleições de 1994 o decréscimo, em média, tem sido pequeno com algumas, poucas, subidas.

Em termos regionais, por norma, a região que apresenta valores mais elevados é a Madeira aproximando-se, assim, dos valores nacionais médios, nas últimas eleições. A região que apresenta os valores mais baixos é a outra região insular portuguesa – os Açores.

Descrição das Variáveis

As variáveis identificadas e operacionalizadas neste capítulo apresentam-se de seguida.

Estamos interessados em verificar como é que o *turnout*, nas regiões NUTS II, evoluiu nas diversas eleições para o Parlamento Europeu em Portugal. Esta é a variável que nos propomos explicar. Para os valores do *turnout* em Portugal nas eleições em causa utilizámos os dados relativos ao valor total dos cidadãos recenseados subtraindo deste os números totais de votantes na respetiva eleição.

As variáveis explicativas usadas neste capítulo são:

- 1) o *desemprego* (por NUTS II). Para a sua operacionalização utilizámos a taxa de desemprego com os dados relativos a este fenómeno para o ano em que a eleição ocorreu;
- 2) os valores do *Crescimento do Produto Interno Bruto Real (PIBR)*, para aferir das condições económicas do país em cada ano eleitoral;

⁶ As eleições para o Parlamento Europeu ocorrem de cinco em cinco anos e os eurodeputados são eleitos por sufrágio universal direto. Em Portugal realizaram-se eleições para o Parlamento Europeu nas seguintes datas: 19.07.1987; 18.06.1989; 12.06.1994; 13.06.1999; 13.06.2005; 07.06.2009; 25.05.2014.

- 3) a *diferença entre os valores do desemprego*. Para a construção desta variável utilizámos a diferença entre a taxa de desemprego de cada uma das NUTS II e a taxa de desemprego nacional para o ano da eleição. A partir deste cálculo percebemos que valores mais elevados da taxa de desemprego nas NUTS II implicam um valor positivo, e no caso em que esse valor seja inferior à taxa nacional, então os resultados são negativos;
- 4) a indicação de que a eleição é ou não *pós-intervenção* externa. Esta variável *dummy* (presença ou ausência) é inserida na análise, para termos uma perceção mais concreta das correlações entre os dados torna-se necessário efetivar um “antes” e um “depois” da intervenção da *troika*⁷ no país. Isto é visível no momento em que verificamos que a taxa de desemprego ganha valores muito elevados – não seguindo a tendência de anos anteriores – e que tal está intimamente relacionado com a crise do *subprime* e os seus efeitos no país.

Finalmente, como variável de controle, definimos uma variável *dummy* que reflete as NUTS II. Esta variável também é relevante na nossa análise porque vai capturar o efeito das regiões no cômputo geral e as suas particularidades.

Regressão e Interpretação dos Resultados

A tabela seguinte contém os resultados da análise empírica realizada por nós. Os mesmos são detalhados mais à frente.

⁷ Esta palavra de origem russa indica um comité constituído por três partes/membros. Tem sido utilizada para denominar as equipas de três organismos (o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional) que têm lidado com os efeitos da crise do *subprime* (2008-2009) nalguns dos países europeus e que têm interferido com a governação geral dos Estados em causa. O caso de Portugal é um exemplo desta realidade.

TABELA 1: Regressão – OLS – (Quadrados Mínimos Ordinários)

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
(Intercepto)	-0.13** (0.04)	0.05 (0.06)	0.26*** (0.05)	0.23*** (0.03)	-0.13*** (0.04)	0.06 (0.06)
Desemprego	0.06*** (0.01)	0.03** (0.01)	-0.00 (0.00)	-0.00* (0.00)	0.06*** (0.00)	0.03* (0.01)
Diferença ⁸	-0.06*** (0.01)	-0.03* (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	-0.06*** (0.01)	-0.03** (0.01)
Crescimento	0.03*** (0.00)	0.02*** (0.00)	0.03*** (0.00)	0.01* (0.00)	0.03*** (0.00)	0.02*** (0.00)
Alentejo	0.06 (0.04)	0.05 (0.03)	0.15* (0.06)	0.09** (0.02)	0.10*** (0.03)	0.09*** (0.02)
Algarve	0.04 (0.02)	0.02 (0.02)	0.07 (0.05)	0.03 (0.02)	0.06* (0.02)	0.04 (0.02)
Centro	0.09*** (0.02)	0.06** (0.02)	0.08 (0.05)	0.05* (0.02)	0.09*** (0.02)	0.06** (0.02)
Lisboa	0.08** (0.03)	0.07** (0.02)	0.14* (0.06)	0.09*** (0.02)	0.11*** (0.02)	0.09*** (0.02)
Madeira	0.15*** (0.02)	0.14*** (0.02)	0.15** (0.05)	0.11*** (0.02)	0.15*** (0.02)	0.13*** (0.02)
Norte	0.11*** (0.02)	0.08*** (0.02)	0.13* (0.05)	0.09*** (0.02)	0.12*** (0.02)	0.10*** (0.02)
<i>Lagged Turnout</i>		0.10 (0.06)		0.25*** (0.06)		0.14* (0.06)
Pós-Intervenção					-0.63*** (0.05)	-0.30** (0.10)
R2	0.93	0.88	0.60	0.84	0.93	0.88
Adj. R2	0.91	0.83	0.50	0.79	0.91	0.84
Num. obs.	42	35	49	42	49	42

***p < 0.001, **p < 0.01, *p < 0.05

⁸ Esta variável é a diferença entre o nível de desemprego na região (NUTS II) e o valor da taxa de desemprego no total nacional.

Conforme é visível na tabela da regressão que apresentámos anteriormente distinguimos seis modelos de análise distintos. O *Modelo 1* e o *Modelo 2* são gerados sem se considerar a última eleição (devido à excecionalidade da mesma, já que ocorre após uma intervenção externa), os restantes modelos consideram todas as eleições. Quer o *Modelo 5* quer o *Modelo 6* têm uma variável *dummy* que indica se há ou não, no período eleitoral, uma intervenção externa no país.

Finalmente, o *Modelo 2*, o *Modelo 4* e o *Modelo 6* contam com uma variável adicional que é o *Lagged Turnout*. Numa análise dos resultados presentes na tabela da regressão podemos verificar que nos modelos apresentados quando a taxa de desemprego aumenta o *turnout*, acompanha a tendência de crescimento. Este efeito desaparece quando incluímos na análise a última eleição (*Modelos 3 e 4*). Tal acontece, provavelmente, porque os dados são muito distintos dos dados que estabeleceram a tendência anterior. Uma das possíveis razões para que tal aconteça é o decréscimo, por comparação ao padrão geral anteriormente existente, dos valores do *turnout* na última eleição. Como tal não se cumpriu, podem os dados querer apontar para a existência de efeitos especiais que condicionam e, neste caso, mitigam, os efeitos do desemprego no *turnout*.

Este acontecimento último parece dar-se devido à intervenção externa da *troika* no país (presente desde 2011). Se controlarmos explicitamente este aspeto (conforme apresentado na variável *dummy* já descrita) os resultados originais da nossa análise mantêm-se. Ou seja, o desemprego afeta positivamente os valores do *turnout*.

Quando verificamos que existe uma taxa de desemprego superior numa determinada NUTS II, se comparada com a média nacional, então a diferença entre as mesmas é positiva. Existe uma diminuição dos valores do *turnout* e o efeito é negativo. Tal altera-se com a eleição de 2014, conforme já foi sublinhado.

Em termos gerais, se a região tem um maior desemprego quando comparada com o total nacional então o *turnout* será mais elevado nessa região. Decorrente de tal, é ainda de constatar que apesar do aumento brusco do desemprego em termos nacionais, tal não se deve a um aumento desfasado do mesmo apenas nalgumas regiões, mas em

geral, em todas. Ou seja, o crescimento do desemprego no país não foi desproporcional.

Relativamente às condições económicas gerais de Portugal, a nossa análise mostra que um aumento no crescimento do PIBR indicia um aumento nos valores do *turnout*. Este efeito é estatisticamente robusto independentemente de outros condicionalismos. Ou seja, Quanto maior for a taxa de crescimento do PIBR, maior será o *turnout*.

Notas Finais

Tendo como mote principal uma melhor perceção do quadro que levou aos resultados da participação nas últimas eleições para o Parlamento Europeu em Portugal (2014) questionámos como é que a crise, especialmente através do indicador desemprego, afetou o *turnout* nas sete regiões (NUTS II). Perguntámos, ainda, como é que a intervenção da *troika* condicionou os anteriores indicadores.

Neste capítulo demonstrámos que elevadas taxas de desemprego nas regiões estão par a par com números elevados de *turnout*. Isto é, a tendência para o crescimento do desemprego nas várias NUTS II, especialmente se tal for superior à média nacional, contribuí positivamente para a ida às urnas por parte dos eleitores.

No que diz respeito às condições económicas gerais do país, e conforme expectável, um aumento no crescimento do PIBR propicia valores de *turnout* mais elevados.

Finalmente, pudemos confirmar que apesar da existência do efeito: *maior taxa de desemprego, maior valores do turnout*, o mesmo é mitigado pela intervenção da *troika* a partir de 2011, e tal, tendo reflexo nas eleições de 2014.

No sentido de reforçar os resultados desta nossa pesquisa e na procura de mecanismos explicativos para este tipo de realidade pretende-se, no futuro, testar os nossos resultados com outro tipo de eleições e/ou para eleições do Parlamento Europeu noutros países da UE.

Bibliografia

- ABRAMSON, P. R., ALDRICH, J. H., & ROHDE, D. W. (2002). *Change and Continuity in 2000 Elections*. Washington, DC: Congressional Quarterly.
- ALDRICH, J., MONTGOMERY, J. & WOOD, W. (2011). «Turnout as a Habit», *Political Behavior*, pp. 1-29.
- ALDRICH, J. (1993). «Rational Choice and Turnout», *American Journal of Political Science*, 37: 246-78.
- BLAIS, A. (2006). «What Affects Voter Turnout», *Annual Review of Political Science*, 9 (1): pp. 111-125.
- BLAIS, A. & DOBRZYNSKA, A. (1998) «Turnout in Electoral Democracies», *European Journal of Political Research* 33 (2): pp. 239-261.
- BLYDENBURGH, J. C. (1971). «A Controlled Experiment to Measure the Effects of Personal Contact Campaigning», *Midwest Journal of Political Science*, 15: pp. 365-81.
- BURDEN, B. C., & WICHOWSKY, A. (2014). «Economic Discontent as a Mobilizer: Unemployment and Voter Turnout». *Journal of Politics*. No prelo. Disponível em, <http://users.polisci.wisc.edu/behavior/Papers/Burden%26Wichowsky2012.pdf>.
- CALCA, P. & CUNHA, A. (2008). «A Question of Perspective: How Portuguese Voters See and Act in European Elections», CIES e-Working Papers, 50, 2008, CIES-ISCTE, Lisbon. Disponível em, http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP50_CunhaCalca_002.pdf.
- CALDEIRA, G. A., & PATTERSON, S. C. (1982). «Contextual Influences on Participation in U. S. State Legislative Elections», *Legislative Studies Quarterly*, 7: pp. 359-381.
- CAMPBELL, A., CONVERSE, P. E., MILLER, W. E., & STOKES, D. E. (1960). *The American Voter*, Chicago: Chicago University Press.
- CAMPBELL, J. (2000). *The American Campaign: US Presidential Campaigns and the National Vote*, College Station: Texas A&M University Press.
- CARDY, E. A. (2005). «An Experimental Field Study of the GOTV and Persuasion Effects of Partisan Direct Mail and Phone Calls», *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 601 (1): pp. 28-40.
- CAVANAGH, T. E. (1981). «Changes in American Voter Turnout, 1964-1976», *Political Science Quarterly*, 96, pp.53-65.
- COPELAND, G. W. (1983). «Activating Voters in Congressional Elections», *Political Behavior*, 5 (4): 391-401.

- COX, G. & MUNGER, M. (1989). «Closeness, Expenditures, and Turnout in the 1982 U.S. House Elections», *American Political Science Review*, 83: pp. 217-31.
- CUNHA, A. & CALÇA, P. (2011). «The Portuguese Voters and European Elections – A Political-Sociological Appraisal». In Papanikos, Gregory T. (ed.) *Essays on Social Themes*, ATINER: Athens, pp. 29-38.
- DEGAN, A. & MERLO, A. (2011). «A Structural Model of Turnout and Voting in Multiple Elections», *Journal of the European Economic Association*, 9 (2): pp. 209-245.
- DELUCA, T. (1995). *The Two Faces of Political Apathy*, Philadelphia: Temple University Press.
- DENVER, D. & HANDS, G. (1985). «Marginality and Turnout in General Elections in the 1970s», *British Journal of Political Science*, 15: pp. 381-387.
- DETTREY, D. J. & SCHWINDT-BAYER, L. A. (2009). «Voter Turnout in Presidential Democracies», *Comparative Political Studies* 42: pp. 1317-1338.
- DOWNS, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*, New York: Harper-Collins.
- EIJK, CEES VAN DER, & FRANKLIN, M. N. (1996). *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of Union*, Ann Arbor: University of Michigan Press.
- FAUVELLE-AYMAR, C. & FRANÇOIS, A. (2006). «The Impact of Closeness on Turnout: An Empirical Relation Based on a Study of a Two-Round Ballot», *Public Choice*, 127: pp. 469-491.
- FEREJOHN, J. & FIORINA, M. P. (1974). «The Paradox of Not Voting: A Decision Theoretic Analysis», *American Political Science Review*, 68: pp. 525-536.
- FINKEL, S. E. (1993). «Reexamining the “Minimal Effects” Model in Recent Presidential Campaigns», *Journal of Politics* 55: pp. 1-21.
- FIORINA, M. P. (1999). «Whatever Happened to the Median Voter», Trabalho apresentado na conferência do MIT: *Parties and Congress*, Cambridge, MA. Disponível em, <http://www.stanford.edu/~mfiorina/Fiorina%20Web%20Files/MedianVoterPaper.pdf>.
- FORNOS, C.A., POWER T.J. & GARAND, J.C. (2004). «Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000», *Comparative Political Studies*, 37 (8): pp. 909-914.
- FRANKLIN, M. (2004). *Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies Since 1945*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GERBER, A. S., GREEN, D. P., & LARIMER, C.W. (2008). «Social Pressure and Voter Turnout: Evidence from a Large-Scale Field Experiment», *American Political Science Review*, 102 (1): pp. 33-48.

- GERBER, A., GREEN, D., & GREEN, M. (2003). «Partisan Mail and Voter Turnout: Results from Randomized Field Experiments», *Electoral Studies*, 22, pp. 563-579.
- GERBER, ALAN S., & GREEN, DONALD P. (2000). «The Effects of Canvassing, Telephone Calls, and Direct Mail on Voter Turnout: A Field Experiment», *American Political Science Review*, 94: pp. 653-663.
- GREEN, D., & GERBER, A. (2004). *Get Out the Vote: How to Increase Voter Turnout* Washington, DC: Brookings Institution Press.
- GREEN, D. P., & SHACHAR, R. (2000). «Habit Formation and Political Behaviour: Evidence of Consuetude in Voter Turnout», *British Journal of Political Science*, 30: pp. 561-573.
- HILL, K. Q. & LEIGHLEY, J. E. (1992). «The Policy Consequences of Class Bias in State Electorates», *American Journal of Political Science*, 36: pp. 351-365.
- HOLBROOK, T. M. (1996). *Do Campaigns Matter?*, Thousand Oaks: Sage.
- INCANTALUPO, M. B. (2011). «The effects of unemployment on voter turnout in US national elections», trabalho apresentado no *Political Methodology Colloquium. Princeton*. Disponível em http://scholar.princeton.edu/sites/default/files/mincanta/files/incantalupo_turnout_0.pdf.
- JACKMAN, R. W. (1987). «Political Institutions and Voter Turnout in the Industrial Democracies», *American Political Science Review* 81(2): pp. 405-423.
- JACOBSON, G. C. (1978). «The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections», *American Political Science Review*, 72: pp. 469-491.
- JACOBSON, G. C. (1980). *Money in Congressional Elections*, New Haven: Yale University Press.
- JEWELL, M.E. & OLSEN, D. M. (1982). *American State Political Parties and Elections*, Homewood: Dorsey Press.
- KATZ, D. & ELDERSVELD, S. J. (1961). «The Impact of Local Party Activity upon the Electorate», *Public Opinion Quarterly*, 25: pp. 1-24.
- KENNEY, P. J. (1983). «Explaining Turnout in Gubernatorial Primaries», *American Politics Quarterly*, 11: pp. 315-326.
- KENNEY, P. J. & RICE, T. W. (1985). «Voter Turnout in Presidential Primaries: A Cross-Sectional Examination», *Political Behavior*, 7 (1): pp. 101-112.
- KERNELL, S. & JACOBSON, G. (2000). *Logic of American Politics*. Washington, DC: Congressional Quarterly Press.
- KIM, J.-O., PETROCIK, J. R. & ENOKSON, S. (1975). «Voter Turnout Among the American States: Systemic and Individual Components», *The American Political Science Review*, 69 (1): pp. 107-123.
- KRAMER, G. H. (1970). «The Effects of Precinct-Level Canvassing on Voter Behavior», *Public Opinion Quarterly*, 34: pp. 560-572.

- LADNER, A. & MILNER, H. (1999). «Do Voters Turn Out More under Proportional Than Majoritarian Systems? The Evidence from Swiss Communal Elections», *Electoral Studies* 18(2): pp. 235-250.
- LAZARSFELD, P. F., BERELSON, B., & GAUDET, H. (1944). *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. New York: Duell, Sloan and Pearce.
- LIPSITZ, K. TROST, C., MATTHEW, G. & SIDES, J. (2005). «What Voters Want from Campaign Communication», *Political Communication*, 22: pp. 354-357.
- LODGE, M., STEENBERGEN, M. R. & BRAU, S. (1995). «The Responsive Voter: Campaign Information and the Dynamics of Candidate Evaluation», *American Political Science Review*, 89: pp. 309-326.
- MASUSAKA, J. & PALDA, F. (1993). «The Downsian model Meets the Ecological Fallacy», *Public Choice* 77: pp. 855-878.
- MATSUSAKA, J. & PALDA, F. (1999). «Voter Turnout: How Much can We Explain?», *Public Choice*, 98: pp. 431-446.
- MILBRATH, L. & GOEL, M. (1977). *Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?*, Chicago: Rand McNally.
- MILBRATH, L. W. (1965). *Political Participation*, Chicago: Rand-McNall
- MOREHOUSE, S. (1981). *State Politics, Parties, and Policy*, New York: Holt, Rinehart, & Winston.
- NAGEL, J. H. (1987). *Participation*, New Jersey: Prentice-Hall.
- NAGLER, JONATHAN (1991). «The Effect of Registration Laws and Education on U.S. Voter Turnout», *American Political Science Review*, 85: pp. 1393-1405.
- NORRIS, P. (2004). *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behaviour*, Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- PATTERSON, S. C. and CALDEIRA, G. (1983). «Getting Out the Vote: Participation in Gubernatorial Elections», *American Political Science Review*, 77: pp. 675-89.
- PÉREZ-LIÑÁN, A. (2001). «Neoinstitutional Accounts of Voter Turnout; Moving Beyond Industrial Democracies», *Electoral Studies* 20 (2): pp. 281-97.
- PUTNAM, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York: Simon & Schuster.
- RIKER, W. H. & ORDESHOOK, P. (1968). «A Theory of the Calculus of Voting», *American Political Science Review*, 62: pp. 25-42.
- ROSENSTONE, S., & WOLFINGER, R. (1978). «The Effect of Voter Registration Laws on Turnout», *American Political Science Review*, 72: pp. 22-45.

- ROSENSTONE, S. J., & HANSEN, J. M. (1993). *Mobilization, Participation and Democracy in America*, New York: Macmillan.
- SAMUELS, D. (2004). «Presidentialism and Accountability for the Economy in Comparative Perspective», *American Political Science Review*, 98: pp. 425-436.
- SEIDLE, L. & MILLER, D. (1976). «Turnout, Rational Abstention, and Campaign Effort», *Public Choice*, 27: pp. 121-126.
- SELB, P. (2009). «A Deeper Look at the Proportionality Turnout Nexus», *Comparative Political Studies* 42(4): pp. 527-548.
- SILBERMAN, J. & DURDEN, G. (1975). «The Rational Behavior Theory of Voter Participation: The Evidence from Congressional Elections», *Public Choice*, 23: pp. 101-107.
- STOCKEMER, DANIEL & CALCA, PATRÍCIA (2013). «Corruption and Turnout in Portugal: A Municipal Level Study», *Crime, Law and Social Change*, 60:5, pp. 535-548.
- STOCKEMER, Daniel & CALCA, Patrícia (2012). «Presidentialism and Voter Turnout in Legislative Elections», *Parliamentary Affairs*, 67: 3, pp. 561-583.
- TAVITS, M. (2009). «Direct Presidential Elections and Turnout in Parliamentary Contests», *Political Research Quarterly*, 62 (1): pp. 42-5.
- TEIXEIRA, R. A. (1992). *The Disappearing American Voter*, Washington, DC: Brookings Institute.
- TIMPONE, R. (1998). «Structure, Behavior and Voter Turnout in the United States», *American Political Science Review*, 92 (1): pp. 145-158.
- TULLOCK, G. (1967). «The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies and Theft», *Western Economic Journal*, 5: pp. 224-232.
- VERBA, S., SCHLOZMAN, K. L., & BRADY, H. E. (1995). *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- VERBA, S. & NIE, N. H. (1972). *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, New York: Harper.
- WEISBERG, H. F. & WILCOX, C. (eds.) (2004). *Models of Voting in US Presidential Elections*, Stanford: Stanford University Press.
- WLEZIEN, C. & ERIKSON, R. S. (2001). «Campaign Effects in Theory and Practice», *American Politics Research*, 29: pp. 419-436.
- WOLFINGER, R. E. & ROSENSTONE, S. (1980). *Who Votes?*, New Haven: Yale University Press.

